

ÁGUAS DO CANTAREIRA: GOVERNANÇA E DIÁLOGO DE SABERES

Micheli Kowalczyk Machado^{1}; João Luiz Hoefel²; Maria Elisa Eduardo de Paula Garavello³*

Resumo – Este trabalho tem como tema a governança e o diálogo de saberes como instrumentos fundamentais na conservação dos recursos hídricos no Sistema Cantareira. Essa discussão é importante e atual diante do debate sobre a gestão da água no Brasil e no mundo e também devido a preocupação da sociedade civil e do poder público em criar espaços para o debate que considerem a participação dos diversos atores sociais envolvidos nesta questão. Na área de estudo existem 9 organismos consultivos/gestores dos quais seis são Conselhos Gestores/Consultivos de Unidades de Conservação Estaduais e três Comitês de Bacias Hidrográficas. Desta forma este trabalho apresenta um estudo de campo realizado com representantes destes organismos com o objetivo de levantar quais conhecimentos/saberes são considerados nos processos de tomada de decisão. A partir da análise dos dados obtidos foi possível notar que o conhecimento técnico/científico, na visão da maioria dos participantes da pesquisa, deve embasar as ações e decisões referentes à governança no Sistema Cantareira. Assim pode-se dizer que conhecimentos relacionados à realidade vivida por diversos atores sociais na área de estudo ainda não são considerados, embora certamente possam contribuir para compreender mais profundamente as características socioambientais presentes na região.

Palavras-chave – Sistema Cantareira; Diálogo de Saberes; Governança.

CANTAREIRA WATERS: GOVERNANCE AND KNOWLEDGE DIALOGUE

Abstract – This work has as its theme governance and dialogues of knowledge as fundamental tools to the conservation of water resources in the Cantareira Water System. This discussion is important and actual in the current debate on water management in Brazil and in the world, and also due to concerns of civil society and government in creating spaces that consider the participation of different social actors involved in this issue. There are in the study area nine (9) Advisory/Management Agencies of which six are Conservation Area Councils and three State Watershed Conservation Committees. Thus this paper presents a field research carried out with representatives of these organizations in order to verify which knowledge is considered in decision-making processes. From data analysis it was possible to note that technical/scientific knowledge, in the view of most participants, must base the actions and decisions related with the Cantareira Water System governance. Thus it can be said that knowledge related to the reality experienced by different social actors in the study area are not considered, although it certainly can contribute to a deeper understanding of the socio-environmental characteristics of this region.

Keywords – Cantareira Water System; Dialogue of knowledge; Governance.

¹ Afiliação: Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – ESALQ/USP, michelimkm@gmail.com

² Afiliação: Núcleo de Estudos em Sustentabilidade das Faculdades Atibaia: NES/FAAT jlhoefel@gmail.com

³ Afiliação: Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – ESALQ/USP, mepegara@usp.com.br

* Autor Correspondente: Micheli Kowalczyk Machado

INTRODUÇÃO

A construção e início da operação do Sistema Cantareira se deu entre os anos de 1965 a 1974 como uma alternativa à deficiência de abastecimento de água na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) causada principalmente pela urbanização crescente, o rápido crescimento demográfico provocado pela industrialização e pela contaminação de suas mais importantes fontes de água, as represas Billings e Guarapiranga (Whately e Cunha, 2007). Desde sua concepção, o Sistema Cantareira foi inserido dentro de um contexto de conflitos socioambientais. Enquanto os debates internacionais giravam em torno na emergência da questão ambiental e da construção de alternativas economicamente viáveis, o Brasil vivia um momento de valorização do progresso a qualquer custo. Já no contexto regional e local na medida em que o Estado de São Paulo procurava resolver a problemática da escassez dos recursos hídricos na RMSP, gerava ao mesmo tempo danos irreversíveis para a realidade socioambiental das comunidades inseridas nas áreas de construção do sistema (Machado, 2009).

Além desta questão é importante ressaltar a intensificação da degradação ambiental na região do Sistema Canteira. Isso se deve em parte a duplicação das Rodovias D. Pedro I e Fernão Dias que fomentou o turismo de forma desordenada; abriu a região a especulação imobiliária, instalação de indústrias de grande porte e para o transporte de matéria prima e mercadorias. (Hoefel *et al*, 2010; Whately e Cunha, 2007). Não é possível compreender estas alterações sem relacioná-las as interações humanas que acontecem em diversas escalas, sejam elas positivas ou negativas. Neste sentido algumas ações têm ocorrido para criar espaços para o debate e também para apresentar propostas para as questões presentes na área de estudo, como por exemplo, os Conselhos Consultivos das Unidades de Conservação e os Comitês de Bacias hidrográficas, intitulados neste trabalho como organismos consultivos/gestores.

Esta realidade intensifica o fato de que em termos de evolução das políticas públicas no Brasil, observam-se importantes avanços no setor dos recursos hídricos ao longo dos últimos vinte anos (Jacobi, 2009). No Brasil houve a mudança de um gestão institucionalmente fragmentada para uma legislação integrada, principalmente com a edição da Lei Federal no 9.433, em 8 de janeiro de 1997 que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, além da a criação da Agência Nacional das Águas.

Esta proposta colaborou para mudanças qualitativas no sistema de gestão dos recursos hídricos, pois buscou substituir práticas de planejamento tecnocrático e autoritário e devolver o poder para as instituições descentralizadas das bacias hidrográficas demandando um processo de negociação entre diversos agentes públicos, usuários e sociedade civil organizada. Os organismos consultivos/gestores presentes na área de estudo apresentam em sua formulação exemplos dessa mudança, pois estão envolvidos atores sociais que representam interesses distintos no que se refere à gestão dos recursos hídricos presentes no Sistema Cantareira. Nesta região existem 9 organismos consultivos/gestores dos quais seis são Conselhos Gestores/Consultivos de Unidades de Conservação Estaduais e três Comitês de Bacias Hidrográficas.

No contexto da gestão hídrica deve-se considerar o termo governança que, para Jacobi (2009), representa um enfoque que propõe caminhos teóricos e práticos alternativos que façam uma real ligação entre as demandas sociais e sua interlocução em nível governamental, incluindo neste

processo não somente a utilização leis, regulação e instituições, mas também políticas e ações de governo, iniciativas locais, e redes de influência, incluindo mercados internacionais, o setor privado e a sociedade civil, os quais são influenciados pelos sistemas políticos nos quais se inserem.

É possível compreender que a governança envolve a participação de diversos atores sociais na busca pela resolução de problemas que em diferentes realidades e escala afetam a todos. No Sistema Cantareira esta realidade está presente já que representantes do poder público, das instituições de ensino superior, dos usuários e da sociedade civil organizada se reúnem em diversos organismos consultivos/gestores para discutir e propor ações para a região. Neste processo, pode-se dizer que o diálogo de saberes proposto por Santos (2007, 2004) e Leff (2006) é fundamental, já que a diversidade de atores também traz a diversidade de saberes. De acordo com os autores estes conhecimentos precisam dialogar entre si, precisam ser confrontados, em uma proposta na qual estes saberes não entrem somente em processo de tomada de decisão, mas que seja possível estabelecer a ideia de interconhecimento, de confluência de identidades e saberes.

Diante do exposto este trabalho busca apresentar e compreender a relação entre a governança e o diálogo de saberes e sua importância para os processos decisórios dos organismos consultivos/gestores diante da realidade socioambiental do Sistema Cantareira bem como para o conhecimento mais aprofundado desta realidade.

GOVERNANÇA E DIÁLOGO DE SABERES

A concepção de governança (*governance*) começa a ser discutida nos anos de 1990, porque nesta época as crises políticas e institucionais associadas a questões de reestruturação das relações sociedade-Estado, a globalização que ocasionou mudanças nas relações econômicas, as alterações nos modelos de gestão pública e a revolução tecnológica da informação e comunicação apresentaram-se como desafios ao estabelecimento de uma nova ordem mundial.

O conceito de governança foi definido pelo Banco Mundial como "a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos econômicos e sociais do país, com vistas ao desenvolvimento". Este conceito apresenta quatro dimensões-chave para a boa governança: administração do setor público; quadro legal; participação e prestação de contas (*accountability*); e informação e transparência (World Bank, 1992 apud Borges, 2003, p.126). O Relatório da Comissão sobre Governança Global da ONU definiu governança como: "a totalidade das diversas maneiras pelas quais os indivíduos, as instituições, públicas e privadas, administram seus problemas comuns" (Granja, 2008). Para Gonçalves (2006) essa definição mostra que a governança é construída simultaneamente pelo Estado e pelos atores não governamentais e pode ser entendida como os meios pelos quais uma organização ou sociedade se dirige.

Pode-se dizer que o uso da palavra governança se generalizou e está presente em várias áreas. Para Granja (2008) o conceito estava voltado para a questão da gestão pública, buscando aumentar a capacidade do governo envolvendo a dimensão econômica, a política e a social. Estava relacionado ao desempenho governamental e à relação do Estado com os cidadãos e suas reivindicações. O governo era compreendido como um centro de poder. Novos autores, ao longo dos anos de 1980, assumiram que o sistema internacional deveria ser compreendido como uma

unidade articulada entre as dimensões sistêmica, estatal e social – como uma combinação entre Estado/sociedades complexas (Camargo, 1999). Nesta perspectiva incluem-se no conceito, não apenas os mecanismos tradicionais de agregação e articulação de interesses, tais como partidos políticos e grupos de pressão, mas também redes sociais informais, hierarquias e associações de diversos tipos (Santos, 1999). Com mudanças gradativas no conceito de governança, houve deslocamento do que era centrado no governo para vários centros de poder, em função do empoderamento de seus atores-cidadãos (Granja, 2008).

Estas questões podem ser direcionadas a este estudo, já como mencionado por alguns autores como Barbi (2007); Ribeiro (2009) e Jacobi (2009) existe a governança no que concerne o Sistema Cantareira, principalmente no que se refere aos Comitês de Bacia Hidrográfica. Entretanto é importante compreender como este processo tem ocorrido e se existem pontos a serem melhorados, já que os conflitos socioambientais na área tendem a se intensificar já que aumenta a pressão sobre o uso e a conservação dos recursos hídricos no sistema.

Neste contexto a discussão sobre a governança, especialmente a governança da água (*water governance*), torna-se indispensável, pois vários setores da sociedade estão envolvidos na gestão dos recursos hídricos no Brasil. Granja (2008) ressalta que a má distribuição e escassez da água é uma crise essencialmente de governança da água. Quando se fala em governança da água é importante considerar que esta pressupõe negociação na política pública de recursos hídricos, tanto no âmbito federal quanto estadual.

A partir das questões apresentadas é possível afirmar que existe ligação intrínseca entre governança e gestão hídrica, devido a natureza dos problemas e as externalidades do uso de recursos comuns. A gestão hídrica está no cerne da ação pública que afeta todos os cidadãos. Como forma de governança da água existe a gestão por bacia hidrográfica, e a inclusão da sociedade civil nas decisões sobre os direcionamentos para determinada bacia é a estratégia adotada, possibilitando que as formas de governo legitimem o uso das políticas hídricas (Granja, 2008).

Em uma perspectiva mais atual, pode-se relacionar a governança como um meio para buscar a resolução ou minimização dos problemas ambientais que está diretamente relacionada à participação de diversos atores sociais na medida em procura olhar para a realidade considerando diferentes posições. Neste sentido, cabe mencionar que na atualidade muitas propostas de conservação ambiental foram concebidas principalmente no âmbito do saber científico, numa perspectiva muitas vezes da ciência moderna que segundo Santos (2005) é uma ciência que postulou o ser humano como sujeito epistêmico, excluindo-o da categoria de sujeito empírico. Esta situação contribuiu para a crença de que há um conhecimento científico objetivo e rigoroso, isento de qualquer subjetividade humana, bem como de quaisquer percepções axiológicas, o que embasou a distinção dicotômica entre sujeito/ objeto.

Neste contexto, Santos (1999) afirma ainda que o paradigma da ciência moderna apresenta a dicotomia entre ciência acadêmica *versus* ciência popular. Essa separação coloca de um lado a ciência acadêmica como uma máxima de consciência possível e, do outro lado, a ciência popular como um conhecimento vulgar, falso e calcado em meras opiniões. Para o autor esta realidade precisa ser superada, pois existem muitas formas de conhecimento e não reconhecer este fato pode implicar em deslegitimar as práticas sociais e promover a exclusão social.

Vê-se a importância do estudo das características das sociedades como forma de elaboração de novos modelos de conservação ambiental, como a governança, no qual o conhecimento científico e o popular possam interagir e coexistir colaborando para o “dialogar” destes saberes. Para Santos (2004) nos campos sociais há uma multiplicidade e uma diversidade grande de experiências e conhecimentos que geram conflitos e diálogos possíveis entre diferentes formas de conhecimento. O autor propõe em seu trabalho uma ecologia de saberes na substituição da monocultura do saber e do rigor do saber que transforma a ciência moderna e a alta cultura em critérios únicos de verdade e de qualidade estética, respectivamente. Tudo o que este saber não legitima ou reconhece é declarado inexistente. Segundo Santos (2004) a ecologia de saberes também supera a ideia de que os saberes não científicos são alternativos ao saber científico.

Leff (2006) traz para o debate e reafirma as ideias de Santos (2007; 2004) ao mencionar que diálogo de saberes é o encontro de tradições de conhecimento legitimadas por diferentes matrizes de racionalidade, por saberes arraigados em identidades próprias que não só entrem em jogo num processo de tomada de decisões, mas que se “hibridam” na co-determinação de processo materiais. Neste processo propõe-se a confrontação de verdades arraigadas em identidades e tradições; um encontro de verdades legitimadas por sua história de constituição e domínio, com verdades subjugadas. É um encontro entre a vida e o conhecimento, a confluência de identidades e saberes.

Por fim cabe ressaltar, a importância do Estado no processo de governança. Para que a participação ocorra considerando os elementos abordados acima o Estado precisa levar em consideração as demandas sociais. “Por isso é necessário criar instituições que assimilem as sugestões dos foros de participação popular. Os operadores estatais devem ser treinados a ouvirem pontos de vista externos à lógica estatal e a ponderar suas ações de modo que as soluções técnicas sejam moldadas pelas demandas sociais” (Ribeiro, 2009, p. 118). O autor cita que a “institucionalização da participação popular é fundamental, embora possa aparentemente dificultar a ação política dos governantes (p.118)”.

Por meio das considerações apresentadas observa-se que a relação intrínseca entre governança e diálogo de saberes envolve questões complexas e que exigem muita discussão e debate para que possa ser estabelecida de forma plena e legítima. Na atualidade ninguém questiona o valor geral das intervenções propiciadas pela ciência moderna por meio de sua produtividade tecnológica. No entanto esta realidade não deve impedir o reconhecimento de intervenções propiciadas por outras formas de conhecimento (Santos, 2007). Promover o diálogo entre os saberes no Sistema Cantareira pode ser um importante caminho para a construção de uma política ambiental que inclua a perspectiva da comunidade nos conceitos de conservação e invista no reconhecimento da identidade destas comunidades. Desta forma, espera-se que este trabalho possa verificar se na área de estudos se o diálogo de saberes é algo possível para que a governança possa ocorrer de forma plena envolvendo os diversos atores sociais presentes na região.

PESQUISA DE CAMPO

A realização desta pesquisa de campo contou até o momento com 39 questionários respondidos por representantes de 7 dos 9 organismos consultivos/gestores presentes na área do Sistema Cantareira, a saber: 4 Conselhos Gestores/Consultivos de Unidades de Conservação

Estaduais: Conselho Gestor Único das Áreas de Proteção Ambiental Piracicaba/Juqueri Mirim Área II, Sistema Cantareira e Represa Bairro da Usina (7 questionários); Conselho Gestor da APA Fernão Dias (10 questionários); Conselhos Gestores dos Parques Estaduais Cantareira (8 questionários), Juquery (6 questionários). No caso dos Comitês de Bacias Hidrográficas foram enviados questionários (8 respondidos) para representantes envolvidos nas três instâncias: Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, CBH-PCJ (Comitê Estadual Paulista); Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, PCJ FEDERAL (Comitê Federal); Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba e Jaguari: CBH-PJ (Comitê Estadual Mineiro). Os únicos organismos consultivos/gestores que não participaram da pesquisa foram: o Conselho Consultivo do Parque Estadual do Itapetinga que ainda não respondeu a pesquisa e o Conselho Consultivo do Parque Itaberaba que ainda não foi constituído. Para a realização deste trabalho foi considerada a questão na qual se procurou saber que tipo de conhecimento, na opinião dos respondentes, deveriam embasar as ações dos organismos consultivos/gestores (Tabela 1).

Tabela 1: Conhecimentos a serem considerados na tomada de decisão do Organismo Consultivo/Gestor

Grupo	Conhecimentos Técnicos/Científicos	Conhecimentos Técnicos/Científicos e da Comunidade (social, histórico, cultural)
Sociedade Civil	13	9
Poder Público	15	2
Total	28	11

Observando os dados obtidos na aplicação dos questionários é possível notar que a maioria dos respondentes (28) mencionou que apenas os conhecimentos técnicos/científicos devem embasar as decisões dos organismos consultivos/gestores presentes no Sistema Cantareira. Esta resposta relaciona-se a uma questão muito importante e que precisa ser considerada quando se pensa em governança: a formação de redes temáticas pela sociedade civil e as redes temáticas “constituídas pelas chamadas ‘comunidades epistêmicas’, conjunto de especialistas que se dedicam a analisar o tema da rede” (Ribeiro, 2009, p. 117).

Nesta relação sociedade civil e comunidades epistêmicas nem sempre existe uma real articulação. Muitas vezes a sociedade civil desempenha papel de informantes ou objetivos de investigação para as comunidades epistêmicas e raramente participa dos processos de discussão e decisão (Ribeiro, 2009). Jacobi (2009) reforça a importância desta questão quando ao analisar alguns problemas enfrentados pelos Comitês de Bacias Hidrográficas apresenta o fato de que existem divergências de visões dos diversos atores envolvidos na dinâmica territorial o que dificulta a busca de soluções mais equitativas.

Embora os dados demonstrem que ainda seja necessário trabalhar a questão do diálogo de saberes no âmbito dos organismos consultivos/gestores presentes no Sistema Cantareira, pode-se observar também a menção dos respondentes, mesmo em menor número, de que conhecimentos técnicos/científicos podem ser considerados juntamente com conhecimentos da comunidade (social, histórico e cultural). Isso demonstra que é possível uma proposta que inclua o diálogo de saberes na governança do Sistema Cantareira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o conceito de governança e diálogo de saberes nota-se uma relação direta entre estes dois processos. Sob esta perspectiva pode-se dizer, por um lado que a realidade socioambiental presente na área de estudo proposta para este trabalho, o Sistema Cantareira, é campo fértil para compreender melhor estes dois conceitos e por outro lado que estes estudos podem contribuir para a minimização/resolução dos problemas socioambientais e dos conflitos, a medida em possibilitam a identificação de pontos que podem ser melhorados e potencialidades que podem ser mais bem exploradas. No mais, diante da importância do Sistema Cantareira e da complexa realidade socioambiental da qual faz parte é importante refletir sobre a importância de uma proposta de governança na qual seja possível contribuição do diálogo de saberes.

Ribeiro (2009) reforça esta ideia ao mencionar que a governança implica em reunir pessoas para discutir um tema complexo, desde que representem o Estado e a sociedade civil. Trata-se de definir a legitimidade dos interlocutores bem como do sistema de discussão do problema que os afeta para alcançar uma solução conjunta e duradoura. Para o autor este processo necessita da presença de diversos sujeitos sociais que atuam em várias escalas do poder político e também da participação popular como condição para sua realização. A presença da sociedade civil seria a causa primeira da governança, que dividiria atribuições com o Estado, mas também o pressionaria a adotar políticas públicas compatíveis com seus interesses.

De acordo com Ribeiro (2009) a participação no processo de governança não pode ser considerada uma questão de fácil alcance. A criação de espaços públicos como conselhos e fóruns não garantem necessariamente a participação da sociedade civil, mesmo porque, muitas vezes é comum que estes espaços sejam criados num contexto formal, no papel, não funcionando na prática. Assim quando se pensa em processos de decisão e formulação de propostas participativas, como é o caso da concepção dos organismos consultivos/gestores presentes no Sistema Cantareira, deve-se entender a participação em sua amplitude, considerando diversos aspectos que vão desde a aptidão da sociedade civil e poder público em se envolverem em processos participativos até a legitimação dos espaços públicos como locais de efetiva participação, ou seja, aliar a governança com o diálogo de saberes.

REFERÊNCIAS

BARBI, F. (2007). *Capital social e ação coletiva na gestão das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá: os desafios da gestão compartilhada do Sistema Cantareira* – SP. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental), Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo - São Paulo. 158 p.

BORGES, A. (2003). Governança e política educacional: a agenda recente do Banco Mundial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 52 (18), pp. 125-138.

CAMPOS, V. N. O. (2007). *O Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê e o Consejo de Cuenca del Valle de México: potencialidades e limites da gestão participativa da água*. 1980-2005. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo - São Paulo. 334 p.

GONÇALVES, A. F. (2006). A Legitimidade na Governança Global. In *Anais do 15º Congresso Nacional do CONPEDI*, Manaus, , nov. 2006, pp. 1-20. Disponível em: <<http://www.conpedi.org.br/conteudo.php?id=2>>. Acesso em: mar. 2013

GRANJA, S. I. B. (2008). Governança e Governabilidade da Água: Assertividade e Contradições. In: *Anais do 4º Encontro da ANNPAS*, Brasília/F, Jun, 2008. pp. 1- 23. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/gt12.html>>. Acesso em: mar. 2013.

HOEFEL, J. L.; FADINI, A. A. B. ; REIS, J. C. ; JESUS, C. R (2010). Alterações Ambientais da APA Cantareira: um estudo na Bacia Hidrográfica do Rio Atibaia. *Olam Ciência e Tecnologia*, 1 (10), pp. 61-90. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/article/view/3686/3318>>. Acesso em: jan. 2013.

JACOBI, P. (2009) Governança da água no Brasil. In *Governança da água no Brasil: uma visão interdisciplinar*. Org. por Ribeiro, W. C., ed. Anablume, São Paulo – SP, pp. 35 – 59.

LEFF, E. (2006). *Epistemologia Ambiental*. Cortez São Paulo - SP, 240 p.

MACHADO, M. K. (2009) *Ações institucionais, participação e conflitos ambientais na Sub-bacia Hidrográfica do Ribeirão do Moinho, Nazaré Paulista – SP*. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo - Piracicaba, 213 p.

RIBEIRO, W. C. (2009). Impasses da governança da água no Brasil. In *Governança da água no Brasil: uma visão interdisciplinar*. Org. por Ribeiro, W. C., ed. Anablume, São Paulo – SP, pp. 111 – 133.

SANTOS, B. S. (1999). *Um discurso sobre as ciências*. Afrontamento - Porto Alegre, 58 p.

SANTOS, B. S. (2004). Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In *Conhecimento prudente para uma vida decente*. Org. por Santos, B. S., ed. Cortez - SP, pp. 777-821.

SANTOS, B. S. (2007). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estud. – CEBRAP* 79, pp. 71-94. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/nec/n79/04.pdf>> Acesso em: 07 abr. 2013.

VIVERO, J. L.; MATEOS, J. C. R.; CORRAL, D. F. (2008). La gobernanza em la pesca: de lo ecológico a lo ético, de lo local a lo global. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 278 (XII), p. 1-231. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-278.htm>>. Acesso em: 19 mar. 2013.

WHATELY, M.; CUNHA, P. (2007). *Cantareira 2006: um olhar sobre o maior manancial de água da Região Metropolitana de São Paulo*. Instituto Socioambiental – São Paulo, 67 p.